



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE RESOLUÇÃO
N.º 133, DE 2016
(Da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados)

Determina o recálculo da proporcionalidade partidária na Câmara dos Deputados na 55ª Legislatura, após as migrações partidárias ocorridas no período autorizado pela Emenda Constitucional n. 91, de 18 de fevereiro de 2016; acrescenta dispositivo ao Regimento Interno para disciplinar a votação dos suplentes no âmbito das Comissões da Câmara dos Deputados e dá outras providências.

DESPACHO:

DECORRIDO O PRAZO REGIMENTAL PREVISTO NO ARTIGO 216, § 1º DO RICD, ENCAMINHE-SE À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE RESOLUÇÃO N. ¹³³, DE 2016.
(Da Mesa)

Determina o recálculo da proporcionalidade partidária na Câmara dos Deputados na 55ª Legislatura, após as migrações partidárias ocorridas no período autorizado pela Emenda Constitucional n. 91, de 18 de fevereiro de 2016; acrescenta dispositivo ao Regimento Interno para disciplinar a votação dos suplentes no âmbito das Comissões da Câmara dos Deputados e dá outras providências.

A Câmara dos Deputados resolve:

Art. 1º A representação numérica dos partidos e blocos parlamentares na Câmara dos Deputados será redefinida na 55ª Legislatura a partir de novo cálculo que, levando em consideração os eleitos titulares, reflita a proporcionalidade partidária na data da promulgação desta Resolução.

Art. 2º O novo cálculo da proporcionalidade partidária de que trata esta Resolução produzirá efeitos imediatos sobre todos os órgãos da Câmara dos Deputados compostos com fundamento no princípio da proporcionalidade partidária, interrompendo-se, quando for o caso, os mandatos que se achem em curso.

Parágrafo único. As vagas decorrentes do novo cálculo serão preenchidas por meio de indicações do Partidos ou Blocos Parlamentares a que couberem ou, se for o caso, por eleição para período de tempo remanescente dos mandatos que tenham sido interrompidos.

Art. 3º O art. 57 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, aprovado pela Resolução n. 17, de 21 de setembro de 1989, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso IX-A:

"Art. 57.....

IX-A – na votação serão colhidos primeiramente os votos dos membros titulares presentes e, em seguida, os dos suplentes dos partidos dos titulares ausentes.

....."

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

JUSTIFICAÇÃO

As regras regimentais que disciplinam a incidência do princípio constitucional da proporcionalidade partidária na organização e composição dos órgãos internos da Câmara dos Deputados põem em evidência a estabilização das bancadas partidárias, em consonância com a ulterior jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior Eleitoral, no sentido de que os mandatos eletivos pertencem aos partidos políticos.

Dessa forma, o parâmetro geral empregado pelo Regimento Interno para efeito de distribuição das vagas aos partidos políticos nos órgãos colegiados sujeitos à regra da proporcionalidade partidária é a representatividade da agremiação conquistada nas eleições, segundo resultado proclamado pela Justiça Eleitoral.

Nesse sentido, a disciplina regimental não considera, para fins de redistribuição das vagas desses colegiados internos, eventuais mudanças de filiação partidária, ressalvada a hipótese de migração para novos partidos, em virtude de inovação jurisprudencial.

Na hipótese de que ora se cuida, as mudanças de filiação partidária encontram legitimidade em norma de *status* constitucional, veiculada pela Emenda Constitucional n. 91, de 18 de fevereiro de 2016.

Como resultado, atendendo ao teor do princípio interpretativo da unidade da Constituição, resta imperioso que a aplicação do princípio da proporcionalidade partidária, previsto no art. 58, § 1º, da Constituição Federal de 1988, para a 55ª Legislatura, respeite o que previsto na Emenda Constitucional n. 91/2016, processo de harmonização normativo-constitucional esse que produz significativos reflexos na leitura dos dispositivos regimentais que tratam do assunto.

É quanto a esses reflexos de que se ocupa o presente Projeto de Resolução, ressaltando-se que as bancadas resultantes da aplicação do disposto neste Projeto servirão como referência para o reenquadramento automático das estruturas de cargos em comissão e funções das Lideranças Partidárias nas faixas previstas no Anexo II da Resolução n. 1, de 7 de fevereiro de 2007.

2



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ademais, como corolário do princípio da proporcionalidade partidária, é oportuno estabelecer no Regimento Interno a votação das matérias no âmbito das Comissões.

Nesses termos é que se pede a aprovação do presente projeto.

Sala das Sessões, de 29 MAR. 2016 de 2016.

EDUARDO CUNHA
Presidente

FIM DO DOCUMENTO
